

A COMPONENTE AMBIENTAL NA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Vera Pontes

Licenciada em Engenharia do Ambiente (UFP)

verapontes@gmail.com

Ana Fonseca

Professora Associada - Centro de Investigação em Alterações

Globais, Energia, Ambiente e Bioengenharia (CIAGEB -UFP)

afonseca@ufp.pt

Resumo

O conceito de Desenvolvimento Sustentável no contexto empresarial implica a integração de preocupações relativas aos impactes das empresas nas vertentes económica, social e ambiental. O objectivo principal deste trabalho foi o de avaliar a importância da componente ambiental na estratégia de sustentabilidade de empresas portuguesas, através da análise de Relatórios de Sustentabilidade publicados. Como conclusões principais, a componente ambiental é relevante na gestão da Sustentabilidade Empresarial, e é fundamental sensibilizar e motivar as empresas para orientarem o seu desenvolvimento rumo à Sustentabilidade.

Abstract

The concept of Sustainable Development in organisational context implies the integration of environmental and social concerns in company's business operations. The main purpose of this work was to analyse published Sustainability Reports to evaluate the importance of the environmental dimension on the global sustainability strategy of Portuguese organisations. As main conclusions, the environmental dimension was found to be relevant in the management of Organisational Sustainability, although efforts must be taken to further stimulate organisations in guiding their strategic development towards Sustainability.

1. INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS

A Comissão das Comunidades Europeias (CCE) apresentou, em Julho de 2001, um Livro Verde intitulado Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas, onde define Responsabilidade Social Empresarial como "(...) a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interacção com outras partes interessadas" (CCE, 2001, p.7).

Esta temática está estritamente associada ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, uma vez que as empresas têm que integrar, nas suas operações, o impacte das vertentes económica, social e ambiental (CCE, 2002).

A comunicação relativa ao Desenvolvimento Sustentável é uma excelente forma de as empresas divulgarem abertamente os seus valores, objectivos, princípios e desempenho, tornando-se assim mais fácil construir uma relação de confiança entre a empresa e as partes interessadas (WBCSD - World Business Council for Sustainable Development, 2002). Um dos meios que as organizações dispõem para divulgar, junto das partes interessadas, o seu desempenho socialmente responsável, é através da publicação de Relatórios de Sustentabilidade (KPMG, 2007). De acordo com o Global Reporting Initiative (GRI), a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade pode ser definida como "(...) a prática de medir, divulgar e prestar contas aos stakeholders¹ internos e externos do desempenho organizacional, visando o desenvolvimento sustentável" (GRI, 2006, p. 3).

De acordo com a página da Internet da CorporateRegister.com, o número de empresas mundiais que publicam informação relativa à sustentabilidade cresceu de pouco mais de duas dezenas em 1992 para mais de 2200 casos em 2006 (Home Page da CorporateRegister.com). Este aumento deve-se ao facto das empresas demonstrarem, cada vez mais, uma maior preocupação com o desenvolvimento assente nos princípios da sustentabilidade e com a vontade de se abrirem perante a

comunidade, dando a conhecer as acções que caracterizam o seu desempenho.

Apesar do crescente interesse em publicar informações relativas à Sustentabilidade Empresarial, é necessário um consenso mais alargado sobre o tipo de informação a revelar, o formato dos relatórios, os indicadores a utilizar e a fiabilidade dos procedimentos de avaliação e auditoria. Estes factores são fundamentais, para que seja possível medir e comparar as práticas entre empresas de todos tamanhos, sectores e localidades. As orientações desenvolvidas pelo GRI servem de base a um consenso, uma vez que desenvolvem linhas orientadoras globais para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade. O GRI tem por missão satisfazer a necessidade de comunicar de forma clara e transparente, no que se refere à sustentabilidade, oferecendo uma estrutura confiável, que possa ser usada por todo o tipo de organizações (CCE, 2002; GRI, 2006; WBCSD, 2002).

As linhas orientadoras desenvolvidas pelo GRI estabelecem um conjunto de indicadores ambientais que abrangem o desempenho relacionado com os consumos (materiais, energia e água), e com a produção (emissões, efluentes e resíduos), abarcando o desempenho relativo à biodiversidade, à conformidade legal e outras informações relevantes, como os impactes de produtos e serviços. De acordo com as linhas orientadoras do GRI, os Relatórios de Sustentabilidade devem conter uma descrição sucinta sobre os seguintes aspectos ambientais: materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, efluentes e resíduos, produtos e serviços, conformidade, transporte e geral.

Para melhorar a credibilidade dos seus relatórios, um número crescente de empresas recorre a entidades independentes para efectuar a sua verificação, não existindo, no entanto, uma abordagem padronizada e genericamente aceite. As empresas têm de ponderar os custos e os benefícios desta verificação independente, uma vez que, apesar de favorecer a credibilidade, pode ter custos muito elevados. As directrizes do GRI fornecem alguma orientação geral sobre este tema. Para além disso, a AccountAbility, nas séries AA1000 sobre verificação, iniciou um processo de desenvolvimento de orientações mais exaustivas (WBCSD, 2002).

Para apoiar os esforços das empresas, no compromisso rumo ao Desenvolvimento Sustentável, foi criado em Por-

¹ Stakeholders ou 'partes interessadas' são definidos como "as organizações ou indivíduos que podem ser significativamente afectados pelas actividades, produtos e/ou serviços da organização relatora e cujas acções possam significativamente afectar a capacidade dessa organização de implementar as suas estratégias e atingir os seus objectivos com sucesso" (GRI, 2006, p. 2).

tugal, em Outubro de 2001, o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEDS), por iniciativa das empresas Sonae, Cimpor e Soporcel, em conjunto com mais 33 empresas de primeira linha da economia nacional, com a missão de transpor para o plano nacional os princípios orientadores do WBCSD (Home Page do CEDS). O número de empresas portuguesas que publicam informações relativas à sua sustentabilidade tem aumentando significativamente. A título de exemplo, estão actualmente publicados na página da Internet do CEDS 19 Relatórios de Sustentabilidade de empresas portuguesas relativos ao ano de 2005 (Home Page do CEDS).

No âmbito deste tema, o trabalho aqui apresentado teve por objectivo analisar a comunicação relativa à sustentabilidade de empresas portuguesas, e avaliar a importância da componente ambiental na sua estratégia de sustentabilidade. O estudo consistiu na análise dos Relatórios de Sustentabilidade relativos ao ano de 2005, publicados à data de 30 de Outubro de 2006, na página da Internet do CEDS.

O trabalho aqui apresentado foi desenvolvido no âmbito de uma monografia apresentada para conclusão da licenciatura em Engenharia do Ambiente na Universidade Fernando Pessoa (Pontes, 2007).

2. ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A amostra em estudo representa 13 empresas portuguesas de vários sectores de actividade, como se pode verificar analisando a Tabela 1.

Saliente-se que, uma vez que esta amostra é reduzida, cerca de metade dos sectores de actividade considerados estão representados apenas por uma empresa. Sendo assim, todas as conclusões da análise aqui efectuada estão significativamente condicionadas.

Analisando a Tabela 1 verifica-se que os bancos são o sector de actividade mais representado, podendo este facto dever-se à presença deste tipo de empresas em vários países, tendo assim maior necessidade de responder, de forma mais imediata, às exigências do mercado. No entanto, existem também outros sectores que se destacam, e com actividade apenas no mercado nacional, como é o caso das empresas de captação e

tratamento de água e das empresas de gestão de resíduos. Isto demonstra que a internacionalização das empresas não é um factor fundamental para a elaboração dos relatórios.

Tabela 1. Empresas que representam a amostra em estudo

Organização	Ramo de Actividade
Águas do Cavado S.A. (Águas do Cavado, 2005)	Captação e tratamento de água
Águas do Douro e Paiva S.A. (Águas do Douro e Paiva, 2006)	Captação e tratamento de água
Amorim Imobiliária (Amorim Imobiliária, 2006)	Imobiliário
Banco Espírito Santo – BES (Banco Espírito Santo, 2006)	Banca
Brisa - Auto-Estradas de Portugal (Brisa, 2006)	Auto-estradas
EDP – Energias de Portugal S.A. (EDP, 2006)	Energia
Lipor (Lipor, 2006)	Gestão de Resíduos
Millennium bcp (Millennium bcp, 2006)	Banca
Grupo Portugal Telecom – PT (Portugal Telecom, 2006))	Comunicações
Rede Eléctrica Nacional S.A. – REN (Rede Eléctrica Nacional S.A., 2006)	Energia
Santander Totta (Santander Totta, 2006)	Banca
Unicer – Bebidas de Portugal, SGPS, S.A. (Unicer – Bebidas de Portugal, SGPS, SA., 2006)	Indústria
Valorsul (Valorsul, 2006)	Gestão de Resíduos

Verificou-se que 54% das empresas da amostra em estudo publicaram o seu 2º Relatório de Sustentabilidade, o que sugere uma tendência para que este tipo de publicação não seja esporádica e sim contínua. Contudo, o fenómeno da publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal ainda é recente, uma vez que apenas 8% das empresas desta amostra estão a publicar pela 3ª vez.

Quanto à elaboração dos relatórios, verificou-se que 92% das empresas da amostra em estudo seguiram as directrizes do GRI. Isto revela que este referencial é largamente aceite por parte das empresas para a elaboração dos seus Relatórios de Sustentabilidade. No entanto, é de salientar o facto das empresas não seguirem de forma rígida as directrizes do GRI, mas apenas se basearem na sua estrutura, não cumprindo a totalidade dos seus requisitos. É disto exemplo o caso da verificação dos relatórios. De acordo com as directrizes do GRI, os Relatórios de Sustentabilidade devem ser sujeitos a uma verificação externa, e apenas 54% dos relatórios analisados neste estudo foram verificados.

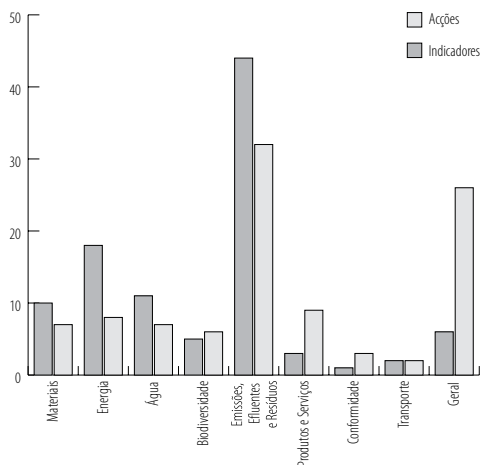
Observou-se também que a maioria das empresas da amostra em estudo tem pelo menos um sistema de gestão certificado: 77% estão certificadas pela norma ISO

9001 (Qualidade), 62% têm um certificado de acordo com a norma ISO 14001 (Ambiente), e 54% são certificadas pelas OSHAS 18001 (Segurança e Saúde no Trabalho). Pode concluir-se que, apesar do crescente interesse das empresas para com o ambiente e a segurança e saúde no trabalho, continua a predominar a preocupação com a qualidade.

Para a análise da componente ambiental dos Relatórios de Sustentabilidade, foram identificadas as principais acções e os indicadores de desempenho ambiental descritos em cada relatório analisado. Para melhor organização da informação obtida, e com vista a uma comparação dos resultados, os diversos temas foram organizados segundo as categorias de aspectos ambientais descritas nas directrizes do GRI e acima referidas.

No Gráfico 1 apresenta-se a distribuição, pelas diferentes categorias de aspectos ambientais, dos indicadores e acções referidos nos relatórios analisados. Verifica-se que, para a amostra em estudo, o aspecto ambiental onde as empresas definem mais indicadores e acções é “emissões, efluentes e resíduos”. Dentro dos indicadores e acções referidos para este aspecto, foi possível verificar que mais de metade dizem respeito aos resíduos. Uma explicação possível para este facto é a grande quantidade de legislação que existe em Portugal relativa a este aspecto, em comparação com outras componentes da gestão ambiental.

Gráfico 1. Indicadores e acções referidos pelas empresas nos RS, de acordo com os aspectos do GRI



Outros aspectos do GRI que se destacam no Gráfico 1 são “materiais”, “energia” e “água”, tendo sido verificado que as acções e os indicadores definidos pelas empresas vão no sentido da poupança dos recursos e consequente redução dos custos associados, o que é certamente vantajoso para as empresas.

Quanto ao aspecto “produtos e serviços”, apesar das percentagens de acções não serem elevadas, merece destaque o exemplo da Lipor, com vários projectos que envolvem a sensibilização da comunidade, bem como a melhoria dos serviços prestados.

O aspecto “geral” também se destaca pela percentagem de acções definidas, encontrando-se aqui várias áreas de actuação, como as acções de controlo e monitorização do ruído, as acções de educação ambiental, as parcerias e a sensibilização dos fornecedores.

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Procurou-se avaliar, com os dados disponíveis, a relevância dada pelas empresas a acções de Prevenção da Poluição na sua estratégia de sustentabilidade.

De acordo com a *Environmental Protection Agency* dos Estados Unidos da América (*cit. in* Bishop, 2000, p. 11), uma possível definição de Prevenção da Poluição é:

“O uso de materiais, processos ou práticas que reduzem ou eliminam a produção de poluentes ou resíduos na fonte. Estas práticas incluem a redução do uso de materiais perigosos, energia, água ou outros recursos, bem como a protecção dos recursos naturais através da sua conservação ou uso mais eficiente.”

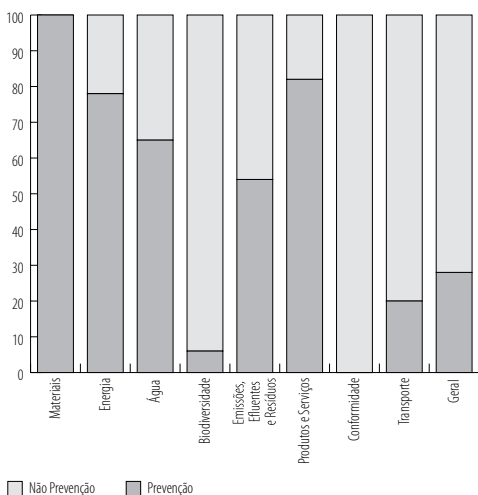
A partir desta definição procurou-se classificar as acções descritas nos relatórios como acções “preventivas” ou outras (controlo da poluição, monitorização da poluição, etc.), que se denominaram “não preventivas”. No âmbito da definição transcrita acima, considerou-se que todas as acções de segregação de resíduos, que potenciam a reciclagem, se enquadram na definição de acções “preventivas”, uma vez que conduzem à protecção dos recursos naturais. Do mesmo modo, foram consideradas na mesma definição de acções “preventivas” todas as acções que incentivam à melhoria do desempenho

ambiental, sendo disto exemplo as acções de educação ambiental, sensibilização dos fornecedores, etc.

No Gráfico 2 apresenta-se a distribuição de acções “preventivas” e de acções “não preventivas”, pelos diversos aspectos ambientais considerados neste estudo.

A predominância de acções “preventivas” nos aspectos “materiais”, “energia” e “água” revela que as empresas têm consciência da importância da correcta gestão destes aspectos na redução de encargos financeiros. No caso das acções “não preventivas”, verifica-se que 100% das acções do aspecto “conformidade” são deste tipo, estando este factor relacionado com o facto deste aspecto apenas contabilizar as multas ou contra ordenações aplicadas às empresas, por incumprimento da legislação. Note-se também que no caso do aspecto “emissões, efluentes e resíduos”, a percentagem de acções “preventivas” e “não preventivas” é praticamente a mesma. Isto demonstra que a preocupação das empresas com a redução da poluição causada pela sua actividade através da emissão de resíduos ou efluentes, comporta quer abordagens preventivas (como a reciclagem de resíduos, por exemplo) quer abordagens de controlo da poluição (como a monitorização de efluentes, por exemplo).

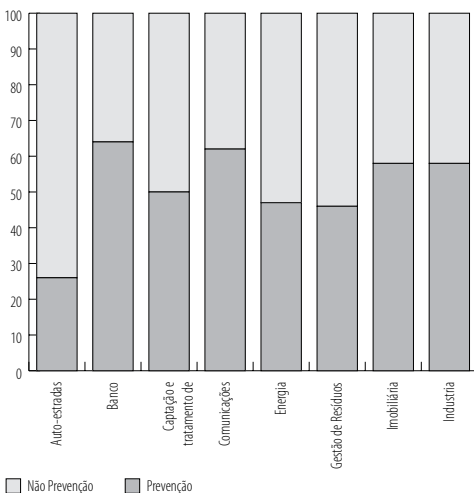
Gráfico 2. Acções “preventivas” e “não preventivas” nos diversos aspectos ambientais analisados



No Gráfico 3, apresenta-se a incidência de acções “preventivas” nos diversos sectores de actividade analisados.

Pode verificar-se que as percentagens de acções “preventivas” e “não preventivas” são aproximadas para todos os sectores de actividade representados na amostra em estudo, com a excepção do sector das Auto-estradas, onde predominam as acções “não preventivas”.

Gráfico 3. Acções “preventivas” e “não preventivas” por sector de actividade



4. CONCLUSÕES

É cada vez maior o número de empresas que publicam informações sobre o seu desempenho relativamente ao Desenvolvimento Sustentável através de Relatórios de Sustentabilidade. Estes relatórios têm por objectivo fazer uma descrição equilibrada e sensata dos impactes ambientais, económicos e sociais de uma organização.

Tem-se verificado um crescente interesse das empresas em publicar este tipo de relatórios, devido não só à crescente sensibilização das organizações para este tema, mas também ao aumento das pressões regulamentares. No entanto, esta prática de publicação de informação relativa à Sustentabilidade é ainda escassa em Portugal comparativamente a outros países. Apesar disso é possível encontrar Relatórios de Sustentabilidade de empresas portuguesas de diversos sectores de actividade, não sendo aparentemente a internacionalização das empresas um factor relevante para essa publicação.

As directrizes desenvolvidas pelo GRI para o processo de divulgação de informações relativas ao Desenvolvimento Sustentável são genericamente seguidas pelas empresas que publicam Relatórios de Sustentabilidade. Apesar disso, uma parte das empresas analisadas baseia-se apenas na estrutura destas directrizes, não cumprindo de forma rígida os seus requisitos. A verificação dos Relatórios de Sustentabilidade tem recebido atenção acrescida; no entanto, ainda não parece ser um aspecto relevante para as empresas.

Na análise da componente ambiental, descrita nos Relatórios de Sustentabilidade da amostra deste estudo, verifica-se que o aspecto onde as empresas definem um maior número de indicadores e acções é o das “emissões, efluentes e resíduos”, e que, dentro deste aspecto, a maioria dos esforços se concentra na gestão dos resíduos.

Analisando o carácter preventivo das acções descritas nos relatórios analisados neste estudo, verifica-se que não existe uma distribuição uniforme de acções “preventivas” e “não preventivas” pelos diversos aspectos ambientais considerados. Nos aspectos “materiais”, “energia” e a “água”, verifica-se que a maioria das acções são “preventivas”, o que indica que as empresas têm consciência da importância que a correcta gestão destes aspectos pode ter na redução de custos. Verifica-se ainda que são aproximadas as percentagens de acções “preventivas” e “não preventivas” na estratégia de sustentabilidade das empresas dos diferentes sectores de actividade analisados neste estudo.

Como conclusão principal deste trabalho, os resultados obtidos sugerem que a componente ambiental é muito relevante na gestão da Sustentabilidade Empresarial, estando associada a um grande número de acções implementadas nas empresas. No entanto, é fundamental continuar a sensibilizar e motivar as empresas para este tema, para que se continue a verificar o crescimento da importância dada às diferentes vertentes da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

Águas do Douro e Paiva (2006). Relatório de Sustentabilidade 2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articles-DetailFo&rec=405>. [Consultado em 30/10/2006].

ÁGUAS DO CAVADO (2005). Relatório de Sustentabilidade 2004/2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articles-DetailFo&rec=469>. [Consultado em 30/10/2006].

Amorim Imobiliária (2006). Relatório Anual de Sustentabilidade 2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articles-DetailFo&rec=415>. [Consultado em 30/10/2006].

Banco Espírito Santo (2006). Relatório de Sustentabilidade 2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articles-DetailFo&rec=420>. [Consultado em 30/10/2006].

BISHOP, P. L. (2000). *Pollution Prevention: Fundamentals and Practice*. USA, McGraw-Hill.

Brisa (2006). Relatório de Ambiente e Sustentabilidade 2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articles-DetailFo&rec=480>. [Consultado em 30/10/2006].

Comissão das Comunidades Europeias (2001). *Livro Verde: Promover um quadro europeu para a Responsabilidade Social das empresas*. [Em linha]. Disponível em http://europa.eu/eur-lex/pt/com/gpr/2001/com2001_0366pt01.pdf. [Consultado em 22/11/2006].

Comissão das Comunidades Europeias (2002). *Comunicação da Comissão relativa à Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável*. [Em linha]. Disponível em http://ec.europa.eu/employment_social/soc-dial/csr/csr2002_pt.pdf. [Consultado em 22/11/2006].

Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. [Em linha.] Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/>. [Consultado em 30/10/2006].

CorporateRegister.Com. [Em linha]. Disponível em <http://www.corporateregister.com/charts/byyear.htm>. [Consultado em 28/05/07].

EDP. (2006). Relatório e Contas 2005: Caderno de Sustentabilidade. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articles-DetailFo&rec=393>. [Consultado em 30/10/2006].

Global Reporting Initiative (2006). *Directrizes para Relatório de Sustentabilidade*. [Em Linha]. Disponível em http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/812DB764-D217-4CE8-B4DE-15F790EE2BF3/0/G3_GuidelinesPTG.pdf. [Consultado em 14/12/2006].

KPMG (2007). Estudo da KPMG sobre a Publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal: Resultados do Inquérito às maiores empresas em Portugal 2006. [Em linha]. Disponível em <http://www.kpmg.pt/>

dbfetch/52616e646f6d495690178a5674f6c3b6790c2e1e42a8477/sustainability_survey.pdf. [Consultado em 31/01/2007].

Lipor (2006). Relatório de Sustentabilidade 2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=417>. [Consultado em 30/10/2006].

Millennium bcp (2006). Relatório de Sustentabilidade 2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=397>. [Consultado em 30/10/2006].

Pontes, V. (2007). A Componente Ambiental na Sustentabilidade Empresarial – Estudo de Casos em Portugal. Monografia para conclusão da licenciatura em Engenharia do Ambiente. Porto. Universidade Fernando Pessoa.

Portugal Telecom (2006). Relatório de Sustentabilidade 2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=407>. [Consultado em 30/10/2006].

Rede Eléctrica Nacional S.A. (2006). Relatório de Sustentabilidade 2004/2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=395>. [Consultado em 30/10/2006].

www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=395. [Consultado em 30/10/2006].

Santander Totta. (2006). Relatório de Sustentabilidade 2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=387>. [Consultado em 30/10/2006].

Unicer – Bebidas de Portugal, SGPS, SA. (2006). Relatório de Sustentabilidade 2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=386>. [Consultado em 30/10/2006].

Valorsul (2006). Relatório de Sustentabilidade 2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=498>. [Consultado em 30/10/2006].

World Business Council for Sustainable Development (2002). Comunicar o Desenvolvimento Sustentável: Encontrar o Equilíbrio. [Em linha.] Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/files/77.pdf>. [Consultado em 15/2/2007].